

**ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

**Data:** 21 de fevereiro de 2019

**Horário de início:** 14h15min

**Horário de término:** 16h30min

**Local:** Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

**Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:**

Michele de Oliveira Soares (Secretaria Municipal de Saúde)

Andréa Rodrigues Portugal (Secretaria Municipal de Esporte e Lazer)

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia)

**Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:**

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos)

Jeruza Maria Ramos Feitoza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

**Demais participantes:**

Antonina da Silva Mendonça (convidada)

Maria Izabel da Silva (convidada)

Elisa Chiesorin Baganha (convidada)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania) – Sala dos Conselhos

**Pauta:**

**1ª.** Esclarecimento sobre as reuniões realizadas por uma Comissão deste Conselho de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019

**2ª.** Ações que devem ser tomadas referente à minuta de Projeto de Lei, elaborada por este Conselho, referente à redução de Carga Horária de mães servidoras com filhos com deficiência.

**3ª.** Recomposição da Comissão Permanente deste Conselho de discussões de políticas referentes à pessoa com deficiência com as repartições públicas e outros segmentos dentro do município de Angra dos Reis

## Assuntos discutidos /tratados:

A Presidente do CMDPD, Rita de Fátima, inicia a reunião dando as boas-vindas a todos e contando ser um ano muito importante em que espera que as entidades e o governo se entendam melhor. Ela também ressalta que no final do ano se elegerá uma nova Diretoria. Ela comenta ainda que leu a lei de criação do conselho para verificar sobre a renovação do mandato. Em seguida lê o primeiro item da pauta confirmando que a Comissão de trabalho não cessou a sua atuação nesse período e listando algumas atividades realizadas por esta. Em 13 de dezembro a Comissão elaborou relatório ao Ministério Público Estadual sobre a redução de carga horária das Mães Servidoras que têm filhos com deficiência. Esta ação deu visibilidade à minuta de Projeto de Lei protocolado para levar à plenária para conhecimento de demais de Vereadores, pois estiveram num encontro somente os Vereadores Flavinho, Titi Brasil, Jane Veiga e Luciana Valverde. A mesma comissão também enviou ofício para o Ministério Público Estadual com fotos de uma caminhada de cadeirantes e pessoas com outros tipos de deficiência para demonstrar a falta de mobilidade e acessibilidade do Município, e também enviou outro relatório para este Ministério sobre dificuldades de acesso ao Passe Livre. A conselheira Marilda esclarece que o CDA tem acesso ao laudo para aquisição de passe livre através das consultas dos pacientes desta entidade pelo psiquiatra e coordenador de saúde mental Stephan Malta, e assim, segundo ela, a instituição não tem tido problemas com este benefício. Ela ainda esclarece que o autista pode optar pelo cartão sem foto, o que agiliza o processo.

A participante da Reunião Antonieta, moradora de Camorim Grande, se apresenta contando que teve um acidente de carro que afetou a sua perna e o seu braço e que com isso pôs uma placa e 14 parafusos, além de perder parte dos ossos causando deficiência física parcial permanente, mas foi negado seu Passe Livre desde agosto de 2018. Ela diz que recorreu, mas ainda não conseguiu nem mesmo ter uma resposta. Marilda chama atenção que muitas vezes a Prefeitura não tem resposta do processo apesar da Empresa de Ônibus Bonfim já ter confeccionado o cartão, por uma falta de comunicação entre ambas. Antonieta explica que é paciente de Volta Redonda, mas mora em Angra dos Reis. Ela revela que não tem tido nenhum direito nesta cidade pela deficiência, enquanto que em Volta Redonda fez identificação no RG, Vale social e carteira do Detran, documentos que, no entanto, ela relata não ter lembrado de anexar ao processo junto à Prefeitura de Angra dos Reis e diz que sua solicitação de passe livre está parada na Secretaria de Saúde. A conselheira Jeruza confirma que a APAE continua com problemas em relação ao Passe Livre, principalmente no que se refere a laudos de nascimento, que não estão sendo aceitos no Processo, apesar de tratar de deficiência permanente (SIC). Jeruza diz que possuem uma parceria com a doutora Helen do Hospital de Praia Brava para atualização dos laudos.

Sobre a Comissão Permanente, Rita diz que dia 30 de janeiro estiveram em reunião com o Secretário Municipal de Saúde, com presença de representante do Setor de "Tratamento Fora Domicílio" (TFD) da referida Secretaria e também da Superintendência Municipal de Trânsito. A conselheira titular Michele, que substituiu a ex-conselheira Ângela, enquanto representante da Secretaria de Saúde, diz não entender porque a equipe de saúde estaria envolvida no trâmite de processos desta natureza quando a verba para Passe Livre não faz parte do trabalho da Saúde. Para Michele, se a Prefeitura que paga o benefício, não deveria estar na saúde estes processos, porque o único recurso que dispõe a saúde é somente para o acesso ao médico e ao laudo. Rita ressalta que a Comissão ainda retornou à Secretaria de Saúde no dia 18 de fevereiro para uma reunião marcada pelo Secretário de Saúde em que se daria um retorno da proposta feita na reunião anterior (Passe Livre), no entanto o Secretário não compareceu e enviou outra pessoa que não tinha informação sobre o assunto. Nesse momento a Comissão entendeu que não existe mais argumento para negociação do CMDPD para Passe Livre com os órgãos da Prefeitura. Diante dos impasses da não efetivação da Lei que contempla o Passe Livre é deliberado nesta Reunião Ordinária que não haverá mais nenhuma tentativa de negociação, e se põe em votação a possibilidade de envio de ofício ao Ministério Público Estadual para apreciação sobre a não adequação do Município à Lei do Passe Livre, colocando muitos deficientes em situação constrangedora, como serem barrados em ônibus, mesmo com deficiência física e dificuldade até para subir no veículo, como alguns exemplos citados. Em votação somente a representante da Secretaria Municipal de Saúde se absteve, sendo a primeira Reunião que esta conselheira participa. Rita sugere que haja uma Reunião Extraordinária para leitura e aprovação de todo e qualquer documento antes de ser enviado ao Ministério Público.

Rita esclarece que independente do Município ter ou não recurso para o benefício do Passe Livre, isto é da responsabilidade do Poder Público e que ao ser negado pode ser revisto em justiça, sendo assim, há um erro desnecessário desta Prefeitura em não conceder.

A conselheira Andreia Portugal opina que o problema não é de responsabilidade da Bonfim e sim uma carência de saúde pública. Rita esclarece que o ofício sobre essa questão foi respondido ao MP preservando o poder público, e dizendo que a Prefeitura estava se adequando à Lei, mas que agora não há mais possibilidade de aceitar esse tipo de problema.

Rita segue dizendo que Dr. André, Defensor Público Estadual no Município, em reunião dia 8 de janeiro, solicitou a todas as instituições as listas dos atendimentos de deficientes, pois ele quer saber o quantitativo de pessoas com dificuldade de Passe Livre e demais questões, especialmente pela possibilidade de retirada do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS) de muitas famílias.

Uma das participantes da reunião pontua que soube que o Programa "Minha Casa Minha Vida" não atendeu aos requisitos mínimos de número de deficientes, apesar de muitas requisições, inclusive do MP. Rita sugere fazer uma análise na Procuradoria sobre esse assunto. Questionou-se ainda sobre o cartão similar ao entregue nos CRAS pela SDSP que se ouviu dizer que vem sendo ofertado na Pestalozzi para consultas médicas. Nenhum presente na Reunião soube informar sobre o assunto. Jorge sugere que a equipe do conselho veja essas informações, especialmente junto com Vanessa Davies, que é a coordenadora da área de deficiência e juventude da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Rita esclarece ainda que o CMDPD tem uma Comissão da OAB Estadual à disposição deles, além de uma Comissão Permanente de trabalho, na qual precisava ser reformulada, conforme previa o último item da pauta da Reunião. Rita informa que uma das integrantes desta Comissão, a conselheira Cintia, está passando por gravidez de risco e que as outras integrantes, Elisa Baganha e Ester Souza, deixaram de ser conselheiras do CMDPD por motivos de força maior (SIC). O CMDPD fica de fazer contato com as entidades específicas solicitando a indicação de novas representantes para o mandato até Novembro de 2019.

Jorge Luís justifica a ausência da conselheira Leomárquia, e afirma que contudo ela permanecerá na Comissão Permanente do CMDPD. Rita pergunta se algum conselheiro do Poder Público teria interesse em participar da Comissão e ninguém se manifesta. É aprovado portanto, em unanimidade, que a Comissão Permanente de trabalho do CMDPD fica assim estabelecida: Rita de Fátima dos Santos; Jorge Luís da Silva Nunes; Leomarquia Gonçalves da Silva Libório; e Marilda Pires de Oliveira.

Marilda questiona sobre a semana de conscientização do autismo, que segundo ela foi instaurada nesta Prefeitura por um projeto do Vereador Cléber Antônio (Chapinha), mas que não se aplica na prática. Conta que já conseguiu em outro ano cartazes e folhetos no setor de comunicação desta Prefeitura e que agora isto não tem mais ocorrido, deixando todas as despesas de evento para o CDA, como o Ofício para a Superintendência Municipal de Trânsito para liberar a rua, a aquisição de carro, doações para o café e em resumo toda organização e patrocínio dos eventos. A Unidade de Tratamento Diferenciado / Transtorno do Espectro Autista (UTD /TEA) participaria como convidada e comunicando às famílias. Ela propõe a solicitação de envolvimento do gestor por Ofício e citou a Lei 3.334 de prioridade especial do autista em filas, inclusive em agências bancárias. Rita propõe além de afixar cartazes uma reunião com a Câmara Diretora de Lojistas (CDL) e representantes de bancos para informar o que é o autismo e suas especificidades, pois para ela, independente do comportamento do deficiente, a família tem a obrigação de apresentar o documento que identifica que a pessoa é autista no mesmo momento em que chega a qualquer fila. A reunião se encerra às 16:30h.

#### Informes:

Rita informa que Carlos Bambu da Secretaria Executiva de Esporte e Lazer emprestará um carro Gol para a AADEF quando necessário.

A conselheira Andreia Portugal informa que haverá um projeto de oferta de natação para crianças deficientes intelectuais no GDV da Jacuecanga toda quarta-feira, a partir do dia 13 de Março, sendo dos 7 aos 12 anos das 15:15 às 16 horas e dos 8 aos 12 anos de 16 às 16:45 horas.

Marilda informa que o CDA promoverá dia 2 de Abril, Dia Nacional do Autismo, uma passeata pela cidade de conscientização da população sobre o assunto.

Carvalho

Neto

**Deliberações:**

Delibera-se, com uma única abstenção, pela elaboração de ofício ao Ministério Público Estadual para apreciação sobre a não adequação do Município à Lei do Passe Livre.

Em unanimidade a plenária aprova a seguinte Comissão permanente de trabalho do CMDPD: Rita de Fátima dos Santos; Jorge Luís da Silva Nunes; Leomarquia Gonçalves da Silva Libório; e Marilda Pires de Oliveira.

**Encaminhamentos:**

A equipe deste Conselho deve verificar informações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, e também sobre o cartão de passagem da SDSP ser fornecido ou não para as entidades.

Deve ser solicitado um esclarecimento à Procuradoria Municipal sobre o número de deficientes contemplados no Programa Minha Casa Minha Vida, para que sejam tomadas as providências cabíveis caso seja insuficiente.

Será feito contato com as entidades Pestalozzi e CDA buscando a substituição de seus representantes.

Será agendada uma reunião com a Câmara Diretora de Lojistas (CDL) e representantes de bancos para informar o que é o autismo e suas especificidades, além da lei de prioridade especial de atendimento à pessoa com Transtorno do Especto Autista (TEA).

*Rita de Fátima dos Santos*

Presidente do CMDPD

*NEVE FOUZ MAFZ*

Secretário Administrativo do CMDPD

## **ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

**Data:** 16 de maio de 2019

**Horário de início:** 14h15min

**Horário de término:** 16h

**Local:** Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

### **Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:**

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria de Educação)

### **Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:**

Ângela Maria de Moura Sena (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Paulo Henrique Gomes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais)

Leomárquia Gonçalves da Silva Libório (representantes de trabalhadores de setores que atuam com a Pessoa com Deficiência)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos)

### **Demais participantes:**

Cláudio Franco (Secretaria de Administração)

Denise da Silva Aguiar (OAB/RJ 159567)

Elisa Chiesorin Baganha (servidora mãe de criança com deficiência)

Adriana C. Damázio (Comissão de Divulgação do Autismo)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

Emanuel Oliveira do Nascimento (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

### **Pauta:**

1ª. Retorno sobre as ações em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida

2ª Avaliação da possibilidade da realização de Conferência Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência na atual conjuntura política.

3ª Esclarecimento sobre a Proposta de apresentação de filmes da temática sobre pessoas com deficiência.

4ª Planejamento junto ao CDA sobre o Dia do Orgulho Autista (18 de junho)

*Handwritten mark*

## **Assuntos discutidos /tratados:**

A presidente do CMDPD, Rita de Fátima discorre informalmente sobre a minuta de Projeto de Lei que foi aprovada pela Câmara Municipal indicando alteração do Estatuto do servidor em relação a carga horária das mães servidoras, faltando a aprovação do Prefeito de acordo com as condições orçamentarias (estudo de verificação da possibilidade de causar algum tipo de prejuízo para Administração Pública a longo prazo). Os conselheiros opinam livremente, e apesar de o assunto estar fora da pauta, assumem preferir aproveitar a presença do superintendente da Secretaria de Administração municipal, Cláudio Franco, e da representante da OAB, advogada Denise Aguiar, que haviam sido convidados pelo CMDPD para esta reunião por sugestão do Prefeito Municipal Fernando Antônio Ceciliano Jordão. Franco se colocou à disposição para apreciação do projeto de redução de Carga Horária das servidoras que têm filhos com deficiência neste momento, mas este Conselho se posicionou a favor de que a lei não contemple somente estas mulheres que não chegam nem a 30 e sim que possa se estender a todas que vierem a fazer o concurso no futuro, pois no momento o Estatuto do Servidor define que "poderá" haver redução, deixando assim a critério da administração pública esta concessão, que alegando a necessidade de serviço deixou de beneficiar o direito que usufruíam há mais de 10 anos. Franco diz que se for colocado no estatuto de servidor, abrirá um precedente para outros funcionários também entrarem com processo e ele diz que esta redução da carga horária prejudicaria o sistema de trabalho se referindo especialmente a professores e médicos salientando que alguns funcionários recebem o suficiente para contratar "babás" para tomar conta da criança deficiente. Rita discorda dizendo que não tem pessoas qualificadas para o caso que está sendo tratado e também disse que consta nos processos alguns laudos médicos atestando necessidade da presença da mãe em alguns momentos. Denise Aguiar disse que o melhor é levar a proposta para ser inserida na Lei Orgânica Municipal via Câmara. Ele então solicitou que Rita levasse os processos e fosse conversar com ele. O conselheiro Jorge diz que Franco já tinha conhecimento deste fato já que estava na Secretaria de Administração na ocasião da visita de Jorge ao Sr Secretário Carlos Macedo. O conselho decide então juntar as cópias do processo e entregar ao defensor Dr André conforme combinado anteriormente em reunião com o próprio no dia 8 de janeiro. Rita também chama atenção ao aumento do número de pessoas com deficiência na cidade pois o CDA por exemplo atendia cerca de 20 autistas e hoje já passam de 120 e com fila de espera. Denise conta que já teve experiência em mudanças de lei federais e estaduais e que provavelmente segue o mesmo tramite. Em relação ao primeiro item de pauta, Programa Minha Casa Minha Vida, se passa as ações realizadas e um participante relata que pode conseguir judicialmente o domicílio, mas que teme o risco de vida. Rita também cita as questões de violência urbana citado por moradores do condomínio, fazendo muitos desistirem do benefício e sair da moradia. Em relação ao segundo item de pauta, a Conferência, a conselheira Ângela Sena fica de enviar documento do Conselho Estadual a respeito. A Plenária decide que não pode haver deliberações com apenas um representante do governo e que alguns devem ser convocados com urgência (especialmente Secretaria de Cultura e de Desenvolvimento Social). O CDA informou sobre as ações do "Dia do Orgulho Autista", que ocorrerá o dia inteiro no Aquidabã, quarto item da pauta, que será repetida em próximo encontro, se houver paridade. A presidente encerra a reunião.

## **Informes:**

O CDA informou sobre as ações do "Dia do Orgulho Autista", que ocorrerá o dia inteiro no Aquidabã.

## **Deliberações:**

Não houve por falta de quorum.

**Encaminhamentos:**

Ângela Sena fica de enviar e-mail que recebeu do Conselho Estadual a respeito da Conferência da Pessoa com Deficiência no Estado, e a recomendação para os municípios.

Deve ser elaborado um ofício às Secretarias de Governo solicitando a presença nas reuniões do Conselho, ou envio de novos representantes.

Rita de Fátima dos Santos  
Presidente do CMDPD

ARLINDO ZAMBE  
Secretário Administrativo do CMDPD

## **ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

**Data:** 27 de junho de 2019

**Horário de início:** 14h15min

**Horário de término:** 16h45min

**Local:** Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

### **Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:**

Renata da Silva Borges da Fonseca (Secretaria Municipal de Educação)

Vanessa Davies Sampaio da Silva (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania - SDSP)

### **Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:**

Ângela Maria de Moura Sena (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Marilda Pires de Oliveira (Comissão de Divulgação do Autismo - CDA)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEV)

Paulo Henrique Gomes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEV)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos - AADEF)

### **Demais participantes:**

Arlene Mattos de Aguiar (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania - SDSP)

Antonina da Silva Mendonça (Pessoa com deficiência do Camorim)

Érica do Nascimento Santos (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Miquilina Maria Figueiredo Ribeiro (Escola Municipal de Educação de Surdos - EMES)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

### **Pauta:**

1ª. Informações sobre diagnóstico e plano de ação apresentado pelo Fórum Comunitário do Parque Mambucaba;

2ª Apreciação de Relatório elaborado pela Secretaria Executiva de Assistência Social sobre as condições de acessibilidade dos equipamentos da rede municipal de assistência social;

3ª Informações gerais sobre o convênio entre o CMDPD e o Ministério Público Federal do Trabalho;

4ª Proposta de elaboração de audiência pública sobre as realizações do CMDPD e as necessidades da política pública das pessoas com deficientes na cidade de Angra dos Reis;

5ª Revisão da Proposta de apresentação de filmes da temática sobre pessoas com deficiência.



## **Assuntos discutidos /tratados:**

A Reunião se inicia às 14:15 horas com a fala da conselheira Vanessa Davies informando que precisa se ausentar às 15 horas para uma reunião, mas tem interesse em discutir o Segundo item da Pauta acerca do relatório elaborado pela Secretaria Executiva de Assistência Social no que tange as condições de acessibilidade dos equipamentos da rede municipal de assistência social, que ela revela não ter tido conhecimento. Solicita a antecipação do tema e os demais conselheiros concordam. Vanessa Trindade esclarece que trata-se de requisição do Ministério Público Estadual solicitando a manifestação deste Conselho. Vanessa Trindade expõe que de acordo com a Presidente do CMDPD Rita e com vice-presidente do CMDPD Jorge Nunes seria interessante uma visita por um grupo ou comissão de fiscalização. Todos os conselheiros presentes concordam. Rita chega à Reunião e Vanessa Trindade realiza a leitura do Relatório incluindo um quadro demonstrativo que responde sobre os sete CRAS, o Centro de Atenção à População de Rua, a Casa Abrigo e o CREAS. No item 5 deste Quadro sobre a condição de "comunicação e sinalização para pessoas com deficiência auditiva e visual" no CREAS, a participante assistente social Miquilina pondera que não há intérprete para atendimento de surdos no CREAS, e sendo assim não se atende aos requisitos da Lei de inclusão quanto à acessibilidade, tampouco a específica sobre a linguagem de libras. A profissional também chama atenção sobre a necessidade de uma Central de intérpretes municipal, e também da possibilidade de capacitação de recursos humanos. Cita que a última Conferência de assistência e de saúde prevê essa proposta como deliberação, assim como a Conferência da pessoa com deficiência que ocorreu em 2015. Além disso haveria tido uma reunião do Departamento do EMES com Cássia, secretária executiva de assistência social, Vanessa Davies, coordenadora da pessoa com deficiência e juventude, Ana Élisa (Lilica), gerente da Proteção Social Básica, Cristina, diretora da escola de surdos e uma assistente social, no início do ano, na qual, segundo ela, Cássia ficou de elaborar um novo projeto para atender a Lei. Vanessa Trindade informa que este Conselho já elaborou em 2014 um projeto, contando com mais de 600 assinaturas, e que foi entregue na Superintendência de Políticas Públicas, conforme Ofício nº 038/CMDPD/2017 em 27/07/2017. Miquilina explica que também foi entregue cópia na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Ela ressalta a dificuldade do avanço de seriação das pessoas com deficiência intelectual e a questão da terminalidade, pois a escola convencional não vê evolução de alguns alunos que crê não ter possibilidade de avanço de desenvolvimento cognitivo, o que requer um Atendimento Educacional Especializado (AEE). A conselheira Ângela Sena explicou que dispõe deste trabalho individualizado ou em pequenos grupos na entidade da Pestalozzi. Ressalta a necessidade de um Centro-dia da pessoa com deficiência, também já deliberado em Conferências Públicas, e que Miquilina revela que também atenderia pessoas estagnadas não só pelo processo de educação formal e sim por não se verem produtivas, especialmente os deficientes intelectuais adultos. Sobre este assunto a Conselheira Marilda chamou atenção que essa é uma grande preocupação em relação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e que o CDA já solicitou um Centro de

Referência específico para este público em que a UTD estaria dentro desta unidade e segundo a Conselheira Renata também as outras secretarias devem compôr este serviço. A participante Érica discorre que segundo a Lei 12.764 o autismo é visto como questão social e não psiquiátrica e a discussão prossegue sobre saúde mental e psicologia. Marilda cita que o CAPSi está longe de atender o autista pois não é capacitado pela especificidade desta deficiência. Discute que acha um absurdo quando na educação entregam de volta os filhos para a família por não saberem lidar com a crise. Miquilina explica que a obrigação da escola é de interagir e não de conter a criança e que cabe a saúde o controle de crise e tratamento. Marilda informa que o projeto do CDA do Centro de referência do autista já foi levado para o Governo e está em terceira reunião com todas as pastas envolvidas, pois não há nenhuma ação ou espaço para o autista adulto no município (SIC). Miquilina sugere um estudo do Documento Nacional de Tipificação de 2009, em que se especifica a faixa etária e as ações para cada grupo social em serviços de convivência e oficinas. A conselheira Ângela discursa sobre a dificuldade da porta de saída da Pestalozzi, pois há uma fila de espera e ao mesmo tempo é difícil dispensar um senhor de 54 anos por exemplo. Ela diz que negocia a saída com a família para dar vagas a outras pessoas que precisam mais, e mesmo assim é complicado porque verifica que ao sair, as pessoas com deficiência vivenciam uma enorme angústia por não ter mais um local adequado de acolhimento e amparo. Ângela explica que o Regimento Interno da entidade de 2012, que não foi ela que elaborou, diz que não devem atender autistas, e que inclusive a Federação Nacional da Pestalozzi solicitou um relatório sobre isso, e assim o centro de convivência contribuiria muito. Ela conta que tem visitado diversos municípios por todo o Brasil e que em Mato do Grosso do Sul viu uma experiência fantástica de um Centro de convivência, e que muitos municípios dispõe de amplo recurso para aplicar. Ela explica então que o autismo é uma condição psicossocial e que a intervenção não dever ser da Pestalozzi, a não ser que a pessoa tenha alguma comorbidade. Miquilina chama atenção da necessidade de aumento de Recursos Humanos na Saúde, pois não tem fonoaudiólogos nem neurologistas suficientes. Relata que buscam abrir uma unidade de audiometria na EMES e que ainda o município só dispõe de duas neurologistas, ambas de férias. Os demais conselheiros acrescentaram a falta de psicólogos, e que isso envolve a política de saúde e de educação, além da falta de psiquiatras e terapeutas ocupacionais para cobrir o CAPSII e o CEM. Deliberam sobre elaborar um Ofício para requisitar estes profissionais à Secretaria Municipal de Saúde. Sobre o primeiro item da Pauta, Miquilina elogia este tipo de Fórum que realiza um diagnóstico com apoio da própria comunidade, listando o real e o ideal, além dos atores envolvidos. Rita informa que enviará um Ofício solicitando o Calendário das reuniões para conhecer melhor. E o conselheiro Jorge sugere que se convide também uma representante deste para reunião do CMDPD e assim se estreitar o laço deste Fórum com o conselho. Sobre o quinto item da pauta, se delibera ser apresentado 1 filme por mês, sextas-feiras, às 15 horas, no Teatro Municipal, iniciando a partir do dia 09/08 com "Outro Olhar" (Charbel Gabriel), em parceria com a VideoCamp que cederá os filmes de forma legalizada e o CEDERJ que cederia o equipamento de transmissão. Jorge informa

que por questões familiares precisa se retirar e sai. Segue-se para o terceiro item da pauta e Rita explica que Renato Silva Baptista, promotor de justiça do Ministério Público Federal do Trabalho havia solicitado reunião com as entidades sem citar o assunto e assim se reuniu somente com ela, representando a AADEF e Bárbara, representante da Pestalozzi. O Promotor requisitou o registro das entidades presentes e somente a Pestalozzi estava apta a receber recurso do MP, por isso recebeu verba para Projeto de cadastramento de deficientes ao mercado de trabalho, na qual já iniciaram a divulgação. Ângela e Rita apresentam cartazes e folders já elaborados com as datas de cadastramento e informam que a abertura deste cadastramento será dia 6 de julho e o Banco de dados deverá ser finalizado até 6 de agosto. Miquilina questiona o que teria motivado esta ação e Rita explica que foram as multas aplicadas às empresas que não cumpriam a lei da cota de vagas para deficientes. Rita diz que não vê problemas em apenas uma entidade ter recebido verba já que o Ministério Público do Trabalho não tinha interesse em empenhar recurso em Fundo Público e sim direto para sociedade civil, que prestará contas ao fim de todo processo, e também porque será em prol de todos já que "todos somos Conselho de Pessoa com Deficiência". Rita cita que uma ação como de promoção do centro-dia para autista é isolada quando deveria incluir todas as deficiências e os conselheiros concordam. Ela relata que Renato virá ao Município para saber mais sobre as entidades do Município na segunda-feira 15/07. Ângela convida Miquilina e Paulo para esta reunião. Miquilina sugere o psicólogo Sérgio que possui empresa de consultoria e capacita empresas. Ângela diz que as entidades não podem ficar presas às rotinas de trabalho e devem buscar parcerias, citando a ONG Rio Solidário da cidade do Rio de Janeiro que atende todo o Estado. Ela conta que Marcos Castilho, que é presidente do CONADE é uma pessoa aberta e que manteve alguns avanços apesar da suspensão dos conselhos pelo atual presidente do Brasil. Ela informou sobre um congresso em Maceió que ocorrerá neste ano com pessoas importantes como o chefe do Censo e pessoas de Brasília além de ressaltar a importância de se montar um seminário para discutir educação e saúde dentro do município na qual ela teria disposição de hospedagem, seja pela casa dela muito ampla ou pelo apart-hotel do marido, mas que não teria a passagem de ônibus ou avião para custear os palestrantes, mesmo que não tenham cachê. Miquilina parabeniza os conselheiros na atual conjuntura por terem dado continuidade ao trabalho e pelas conquistas. Rita pontua que o tema do item 4 da Pauta será discutido posteriormente já que há uma previsão de ser realizada em Outubro.

**Informes:**

Não há.

**Deliberações:**

Ficou decidido que o CMDPD elaborará um ofício ao Fórum Comunitário do Parque Mambucaba solicitando calendário de reuniões e outro para o Ministério Público Estadual solicitando ampliação do prazo de resposta sobre a acessibilidade dos equipamentos de

**Assistência Social.**

Os conselheiros deliberam sobre elaborar um Ofício para requisitar profissionais à Secretaria Municipal de Saúde.

A Plenária delibera sobre a necessidade de visitas aos equipamentos da rede municipal de assistência social para avaliar suas condições de acessibilidade.

**Encaminhamentos:**

O CMDPD elaborará um ofício para a Secretaria Executiva de Cultura e Patrimônio a fim de obter autorização do uso do auditório do Teatro Municipal e de datashow junto ao CEDERJ para transmitir o filme dia 09/08/2019.

Rita de Fátima dos Santos  
Presidente do CMDPD

Vanessa Trindade Teixeira  
Secretária Administrativo do CMDPD

## **ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

**Data:** 18 de julho de 2019

**Horário de início:** 14h50min

**Horário de término:** 16h

**Local:** Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

### **Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:**

Lucinda de Oliveira Cordoeira (Secretaria Municipal de Educação)

Fabiano Jardim Clemente Santos (Secretaria Executiva de Meio Ambiente)

### **Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:**

Ângela Maria de Moura Sena (Associação Pestalozzi de Angra dos Reis)

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEV)

Leomárquia Gonçalves da Silva Libório (Trabalhadora do Setor que atende à Pessoa com Deficiência)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos - AADEF)

### **Demais participantes:**

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

Aparecida Cristina Perfeito dos Santos (Superintendência de Administração)

### **Pauta:**

1ª. Formação de uma Comissão de Fiscalização sobre as condições de acessibilidade dos equipamentos da rede municipal de assistência social;

2ª Proposta de elaboração de audiência pública sobre as realizações do CMDPD e as necessidades da política pública das pessoas com deficientes na cidade de Angra dos Reis;

3ª Organização do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência (21 de setembro)

### **Assuntos discutidos /tratados:**

A Reunião se inicia com a fala da Presidente Rita sobre o Terceiro Item da Pauta, o evento alusivo ao Dia Nacional da Pessoa com Deficiência (21 de setembro) na qual ela sugere uma Audiência Pública comemorativa fazendo um resumo das ações do Conselho (Segundo Item da Pauta), especialmente devido ao alcance para todos através da TV Câmara aumentando o respeito coletivo às Pessoas com Deficiência. A princípio se pensou o dia 25 de setembro, mas seria muito próximo para Comissão de Trabalho do CMDPD produzir um relatório detalhado de

seus feitos já revisado e tudo, então se aprovou o dia 27 de novembro de 2019 (também uma quarta-feira). O conselheiro e Vice-presidente do CMDPD Jorge Nunes coloca que esteve na Câmara e que foi orientado que uma Audiência Pública pode ocorrer de duas formas: convocada pelo CMDPD solicitando somente o espaço e tendo apoio de apenas 1 vereador, e assim sem deliberação, ou solicitada à Comissão de Assistência que faria tudo que fosse necessário (SIC). Rita conta sobre a ação do 1º Cadastramento de Pessoas com Deficiência na cidade, citado na última Reunião, que enfrentou questões de tráfico junto aos territórios, principalmente no Camorim. Ela cita que a inclusão de monoculares, gogos etc. na pauta dos direitos de pessoas com deficiência restringe os que possuem barreiras maiores, confundindo ainda mais a população e reduzindo os direitos dos deficientes de fato, pois as empresas, por exemplo, se agarrarão nestas brechas para contratar pessoas com deficiências parciais e não de limitações mais severas (SIC). Sobre o Primeiro Item da Pauta, fica decidido que o CMDPD elaborará um Relatório sobre os equipamentos da rede municipal de assistência social com base nas visitas já realizadas nos CRAS ressaltando a avaliação das condições de acessibilidade para dar a resposta ao Ofício do Ministério Público. A Plenária aprova então em não criar a Comissão de Fiscalização e valer-se das assinaturas de Ângela, Bárbara, Vanessa Davies e Rita de Fátima neste Relatório, por estas terem conhecido estes espaços. Rita se queixa de problemas que a política da pessoa com deficiência vem enfrentando no município. O SAMU (telefone 192), por exemplo, não atende deficientes se outra pessoa que não vive na mesma comunidade (vizinhança) ligar pedindo qualquer tipo de apoio (SIC). O conselheiro Fabiano diz que a Defesa Civil mantém um cadastro onde anota local que vivem as pessoas com deficiência. Rita pondera que o conselho deveria reunir os dados dos vários órgãos e entidades sobre este público. Retomando o Terceiro Item da Pauta, os conselheiros deliberam sobre elaborar um encontro (Ciclo de Palestras) numa manhã do dia 26 de setembro em que será elaborado ainda o tema, mas deve conter a discussão sobre aposentadoria e pensão da Pessoa com Deficiência.

#### **Informes:**

Sobre o andamento da Proposta de apresentação de filmes da temática sobre pessoas com deficiência, o Teatro contou que só pode reservar com 1 semana de antecedência. Ainda assim fica mantida a data de 9 de agosto para Primeira Exibição

Jorge Nunes informa que dia 28 de julho o Conselho Nacional terá uma resposta sobre a justificativa para sua existência/ permanência e em agosto se reunirá para decidir sobre uma Conferência de Direitos da Pessoa com Deficiência para 2020.

#### **Deliberações:**

Fica decidido que o CMDPD elaborará um Relatório sobre os equipamentos da rede municipal de assistência social com base nas visitas já realizadas nos CRAS ressaltando a avaliação das condições de acessibilidade para dar a resposta ao Ofício do Ministério Público.

Os conselheiros deliberam sobre elaborar um encontro (Ciclo de Palestras) numa manhã do dia 26 de setembro em que será elaborado ainda o tema, mas deve conter a discussão sobre aposentadoria e pensão da Pessoa com Deficiência.

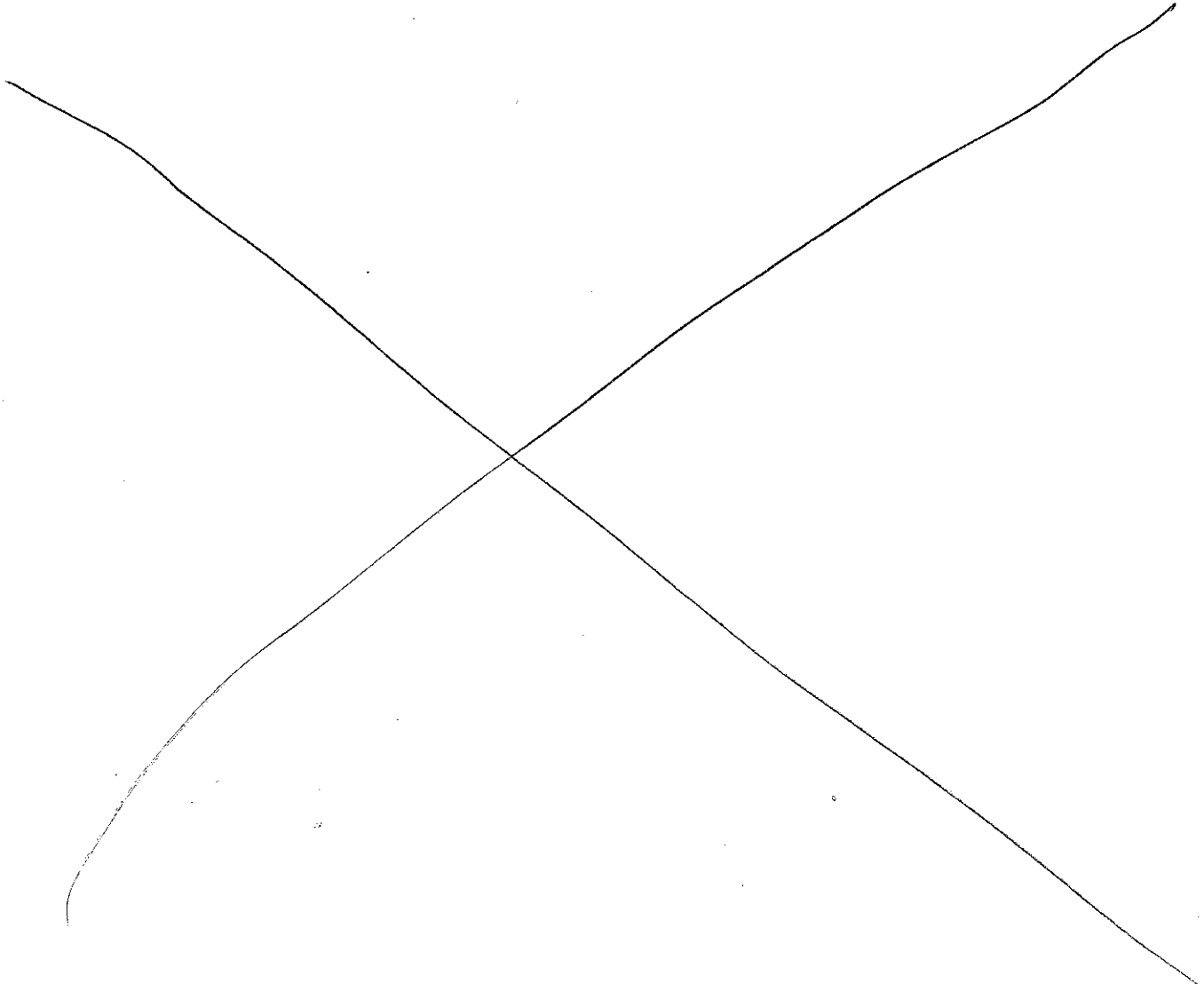
**Encaminhamentos:**

O CMDPD elaborará um ofício solicitando o espaço do Aquidabã em primeiro lugar (ficando de falar com Marilda), em segundo lugar ver a possibilidade do CEAV, em terceiro lugar a Defesa Civil, e em quarto lugar a Escola Municipal Júlio Laranjeiras e convidará como palestrantes Marco Castilho (CONADE), Dr. Caio (advogado OAB), Dr. Leonardo Canônico (MP Estadual), Dr. Igor Miranda (MP Federal), Defesa Civil, Bombeiros, Eletronuclear.



*Rita de Fátima dos Santos*  
Presidente do CMDPD

*Vanessa Trindade Teixeira*  
Secretário Administrativo do CMDPD



## **ATA da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

**Data:** 29 de agosto de 2019

**Horário de início:** 14h30min

**Horário de término:** 16h

**Local:** Teatro Municipal, situada à Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/n, bairro São Bento, Angra dos Reis /RJ.

### **Conselheiros governamentais do CMDPD presentes:**

Lucinda de Oliveira Cordoeira (Secretaria Municipal de Educação)

Vanessa Davies Sampaio da Silva (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania - SDSP)

### **Conselheiros da sociedade civil do CMDPD presentes:**

Jorge Luís da Silva Nunes (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - APADEV)

Rita de Fátima dos Santos (Associação Angrense de Deficientes Físicos - AADEF)

### **Demais participantes:**

Adriana C. Damázio (Comissão de Divulgação do Autismo - CDA)

Arlene Mattos de Aguiar (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania - SDSP)

Vanessa Trindade Teixeira (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania – Sala dos Conselhos)

### **Pauta:**

1ª. Organização do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência (26 de setembro)

2ª Retorno sobre a apresentação de filmes da temática sobre pessoas com deficiência e possibilidade de agendamento de nova data.

### **Assuntos discutidos /tratados:**

Enquanto os conselheiros aguardam a Presidente do CMDPD, Vanessa Davies faz alguns questionamentos sobre a Pauta. No primeiro item da Pauta, sobre a organização do Evento "Ciclo de palestras" do dia 26 de setembro, ela sugere que seja convidada a coordenadora do Cadastro Único/ Bolsa Família, Mariana Ferreira, para também discursar sobre o Benefício de Prestação Continuada/ Lei Orgânica da Assistência Social (BPC /LOAS) no município, assim, esse horário seria às 10:30 horas, enquanto Caio Sousa, da OAB, seria transferido para 12:30 horas. Todos concordam. Vanessa Trindade fica de enviar e-mail para formalizar o pedido. Foi deliberado ainda que Vanessa Trindade e a conselheira Lucinda ficarão responsáveis pela recepção dos participantes no dia do evento entre 8:30 e 9:30 horas. Sugere-se ainda que seja convidada a Associação do Comércio e a Eletronuclear. Em relação ao certificado do evento, Vanessa Davies



considera ser um custo desnecessário, uma vez que somente universitários precisam para carga horária extra-curricular. A Plenária decide então emitir Declaração de participação somente para quem dela precisar, a partir de requerimento via Sala dos Conselhos posteriormente. Vanessa Trindade informa que sugeriu à equipe do Acessuas Trabalho uma atividade de capacitação junto aos deficientes cadastrados para o mercado de trabalho pela Pestalozzi e ADEF. Esta equipe é responsável pelo Programa de inclusão de algumas pessoas em situação de pobreza e desemprego, inscritas no Cadastro único e com mais de 18 anos. O grupo oferece palestras relacionadas à elaboração de currículo, apresentação pessoal, cuidados com a carteira de trabalho, emissão de documentos, como se portar numa entrevista etc. A presidente do CMDPD Rita chega com atraso, às 14:50 horas, em função do transporte que havia ido buscá-la e pede esclarecimentos. Vanessa Davies explica e ainda acrescenta que os integrantes deste programa também se tornam mais preparados para a análise de seus direitos em relação à hora extra, adicional noturno entre outras orientações trabalhistas e previdenciárias. Rita coloca que fica insegura sobre a implementação desta ação sem o aval do Ministério Público Federal, uma vez que este não autorizou a divulgação dessa lista de candidatos que as empresas poderiam contratar. Vanessa Trindade explica que o interesse do programa seria somente qualificar as pessoas com deficiência desta listagem, para que quando houvesse oportunidade estivessem mais aptas em função das habilidades adquiridas, diante das exigências empresariais. Ela ainda cita que não é necessário o nome e telefone destas pessoas e sim somente o perfil (tipo de deficiência e local de moradia, por exemplo) para que seja planejado como seriam estas palestras, porque pode haver necessidade de intérprete de libras, local acessível etc. Vanessa Trindade cita que ela, juntamente ao vice-presidente Jorge Nunes, opinam pelo dia 23 de setembro (segunda-feira) para o encontro destes cadastrados para o mercado de trabalho com o Acessuas, e pelo local do CEAV para a primeira turma, assim poderiam solicitar a mudança de data da reserva do CEAV ao invés do cancelamento. Vanessa Davies sugere que essa capacitação seja em outubro em função dos diversos eventos já programados para o mês de setembro. Todos concordam, contudo o assunto será rediscutido na próxima Reunião Ordinária para maiores esclarecimentos. Vanessa Trindade esclarece que para o dia 26 de setembro ficou reservado tanto o late Clube Aquidabã, que foi a escolha inicial dos conselheiros, como o Colégio Estadual Dr Artur Vargas (CEAV), que seria a segunda opção, mas foi solicitado pela demora de resposta do Aquidabã. Ela argumenta que o CEAV é mais acessível, por se localizar no centro, mas os conselheiros permanecem com a escolha do Aquidabã. Vanessa Davies assume a responsabilidade de organizar toda a estrutura de cadeiras, som etc. no Aquidabã ficando para Sala de Conselho somente o convite e divulgação do evento no município. Vanessa Davies também se compromete a organizar uma ação no dia 20 de setembro alusiva ao Dia Nacional da pessoa com deficiência, possivelmente na Praça da Matriz, com uma Caminhada e diversas atividades e oficinas gratuitas, na qual relata ser importante a presença das cadeirantes, também para participação com a Dança que realizam (Projeto SuperAção). Ela questiona a localização exata deste projeto, se seria numa

sede da ADEF e Rita explica que é uma parceria da entidade com a Escola Municipal Cleusa Jordão, pois a professora Iolanda usa uma sala desta escola (SIC). Rita pergunta se a Secretaria de Desenvolvimento Social custearia o almoço delas e Vanessa Davies diz que sim. Rita então requisita que a Sala dos Conselhos faça um Ofício solicitando transporte para que elas permaneçam neste Dia de Luta das 9 às 16 horas. Vanessa Trindade informa sobre Edital do Ministério da Cidadania e do Ministério da Justiça na qual a Secretaria de Desenvolvimento Social concorre requisitando um micro-ônibus para o Centro-dia da Pessoa com Deficiência que será implementado e um micro-ônibus para o CRAS volante e outro para o Serviço de cmConvivência e Fortalecimento de Vínculo. Vanessa Davies explica que o município é avaliado em função de uma pontuação para todo o Brasil e que por isso não é recomendável que este Conselho possa contar com este tipo de aquisição que irá contemplar apenas alguns municípios. Vanessa Trindade explica que informou aos conselheiros para que, caso o município seja beneficiado, estes não sejam pegos de surpresa, uma vez que o assunto passou pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), foi deliberado e se encontra publicado em Resoluções. Opina que todos os assuntos relacionados ao público com deficiência devem passar pela ciência deste Conselho, mas que muitas vezes os próprios conselheiros não informam de ações que são realizadas pelas suas Secretarias, e argumenta que o curso de cuidador de idoso promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, por exemplo, não havia sido informado no Conselho Municipal do idoso. Vanessa Trindade informa também que recebeu Ofício do MP (Notificação 132) agendando uma Reunião com o CMDPD no dia 02/10 às 16 horas. Sem mais assuntos a reunião se encerra.

#### **Informes:**

- Parceria com Acessuas no que se refere à capacitação dos Cadastrados com Deficiência junto à Pestalozzi para o Mercado de Trabalho;
- Requisição junto ao Ministério da Cidadania de microônibus para o Centro-Dia da Pessoa com Deficiência, da Pessoa Idosa e CRAS Volante;
- Ofício MP (Notificação 132) agendando uma Reunião com o CMDPD no dia 02/10 às 16 h.

#### **Deliberações:**

Vanessa Trindade fica de enviar e-mail para a coordenadora do Cadastro Único/ Bolsa Família, Mariana Ferreira, para discursar sobre o Benefício de Prestação Continuada/ Lei Orgânica da Assistência Social (BPC /LOAS) no município, às 10:30 horas no Ciclo de Palestras.

Foi deliberado ainda que Vanessa Trindade e a conselheira Lucinda ficarão responsáveis pela recepção dos participantes no dia do evento entre 8:30 e 9:30 horas.

A Plenária decide então emitir Declaração de participação do Ciclo de Palestras somente para quem dela precisar, a partir de requerimento via Sala dos Conselhos posteriormente.

**Encaminhamentos:**

Ficou decidido que o CMDPD elaborará um ofício para Associação do Comércio e a Eletronuclear convidando para o Ciclo de Palestras.

Ficou decidido que o CMDPD elaborará um ofício à Defensoria Pública com os processos de mães servidoras requisitando Redução de Carga Horária.

A Sala dos Conselhos ficou de fazer um Ofício solicitando transporte para que as cadeirantes permaneçam no evento do Dia 20 de setembro das 9 às 16 horas.



**Presidente do CMDPD**



**Secretária Administrativa do CMDPD**